

Bancos querem receber já um terço do atrasado

Credores estrangeiros recusam incluir os juros em atraso na renegociação da dívida

PAULO SOTERO
Correspondente

NOVA YORK — Os bancos credores querem receber mais de US\$2,5 bilhões, correspondentes a um terço dos juros atrasados. Se aceitar a proposta por eles apresentada na terça-feira, o Brasil terá também de retomar os pagamentos dos juros a vencer até a data da assinatura de um novo acordo. Em troca disso, os credores ofereceram um esquema de capitalização do restante dos juros em atraso. Segundo uma fonte familiarizada com as discussões, a capitalização se daria com a compra pelos bancos de um título do governo brasileiro com prazo de vencimento de cinco anos e juros de mercado.

Interrogado ontem sobre os possíveis avanços nas negociações a partir da proposta dos bancos, o negociador da dívida, Jório Dauster, procurou dar um tom esperançoso às conversas. "As perspectivas de progresso existem desde o primeiro dia", afirmou ele ao entrar para a reunião na qual daria uma primeira resposta aos bancos. "Só há um caminho, para cima. Isto não se altera com o que foi ouvido ontem nem com o que pode ser dito hoje. Está indo muito bem", disse.

A oferta dos bancos deixa claro que, para eles, a questão dos juros em atraso deve ter tratamento prioritário e não pode ser misturada ao restante da dívida de médio e longo



Dauster: negociador em busca de um tom otimista

prazo. Sua aceitação pelo governo brasileiro representaria uma virada importante na posição inicialmente apresentada pelo Brasil, pois esta não previa nenhum pagamento de juros. O Brasil pediu aos bancos que refinanciassem o total dos atrasados por meio de um empréstimo-ponte, que seria depois incluído na dívida a ser reestruturada. Contudo, ao oferecer um esquema de capitalização de aproximadamente dois terços dos atrasados, os credores aproximam-se da idéia de securitização da dívida, que fundamenta a proposta inicial brasileira.

Este aspecto do esquema oferecido pelos bancos para resolver o problema dos atrasados é o que diferencia a sua proposta da fórmula encontrada para encerrar a moratória de 1987. Naquela ocasião, o Brasil desembolsou um terço dos atrasa-

dos e os bancos refinanciaram o restante por um empréstimo de curto prazo. Esse empréstimo foi incluído na reestruturação de prazo mais longo fechada no ano seguinte. Fontes financeiras disseram que a repetição do mesmo esquema ficou impossível porque o Brasil perdeu de crédito no mercado. Segundo essas fontes, algumas mudanças de regulamentação feitas nos Estados Unidos e nos sistemas bancários de outros países credores, que antes dificultavam a capitalização, tornaram viáveis a proposta agora apresentada. No caso dos Estados Unidos, a decisão das autoridades financeiras, em julho passado, de reclassificar os empréstimos dos bancos ao Brasil, impondo perda de 20% dos ativos, facilitaria agora a idéia da capitalização, de acordo com os mesmos informantes.